TERMO DE REFERÊNCIA

I-OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados ao atendimento das demandas da Farmácia Básica Municipal, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Areia Branca/RN.

II-JUSTIFICATIVA:

A aquisição justifica-se pela necessidade de garantir o fornecimento regular e contínuo de medicamentos essenciais à população atendida pela rede pública municipal de saúde, assegurando o pleno funcionamento da Farmácia Básica e a continuidade dos tratamentos prescritos. A contratação busca suprir a demanda dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), evitando o desabastecimento, reduzindo os riscos de interrupção terapêutica e promovendo o acesso aos medicamentos necessários à prevenção, ao controle e ao tratamento de diversas doenças. Dessa forma, pretende-se fortalecer a assistência farmacêutica municipal, contribuindo para a qualidade dos serviços de saúde e para a melhoria das condições de saúde e bem-estar da população de Areia Branca/RN.

III- DAS ESPECIFICAÇÃO(ÕES) TECNICA(S):

A prestação dos serviços e/ou aquisição a serem oferecidos encontram-se discriminados e devidamente especificados a seguir:

Item - Código - Descrição	Unidade	Quantidade
1 - 0062135 - ACETILCISTEÍNA 40 MG/ML XAROPE FRASCO 100 ML	frascos	7.200
2 - 0062136 - Aciclovir 400 mg comprimido	comprimi	20.000
3 - 0062137 - Ácido Acetilsalicílico 100 mg (comprimido)	comprimi	40.000
4 - 0062138 - Ácido Fólico 5 mg (comprimido)	comprimi	40.000
5 - 0062139 - Albendazol 400 mg (comprimidos)	comprimi	8.000
6 - 0062140 - AMBROXOL 6 MG/ML, XAROPE, FRASCO 100 ML.	frascos	15.000
7 - 0062141 - Anlodipino 5 mg (comprimido)	comprimi	30.000
8 - 0062142 - ATORVASTATINA CÁLCICA 10 MG, COMPRIMIDO REVESTIDO, USO ORAL.	comprimi	15.000
9 - 0062143 - Azitromicina 40 mg/mL – pó para suspensão oral.	frascos	7.000
10 - 0062144 - Bacitracina 25 UI/g + Neomicina 5 mg/g POMADA	UNIDADES	7.200
11 - 0062145 - BACLOFENO 10 MG, COMPRIMIDO, USO ORAL.	comprimi	8.000
12 - 0062146 - BENZOILMETRONIDAZOL 40 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 100 ML.	frascos	7.000
13 - 0062147 - BROMETO DE IPRATRÓPIO 0,25 MG/ML, SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO, FRASCO 20 ML.	frascos	1.000
14 - 0062148 - BROMOPRIDA 4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, GOTAS, FRASCO 20 ML.	frascos	8.000
15 - 0062149 - CAPTOPRIL 25 MG, COMPRIMIDO	comprimi	40.000
16 - 0062150 - PROPIONATO DE CLOBETASOL 0,5 MG/G, CREME DERMATOLÓGICO, BISNAGA 30 G.	UNIDADES	3.000
17 - 0062151 - COLAGENASE 0,6 UI/G + CLORANFENICOL 0,01 UI, POMADA DERMATOLÓGICA, BISNAGA 30 G.	UNIDADES	2.000

18 - 0062152 - VITAMINAS DO COMPLEXO B, COMPRIMIDO	comprimi	30.000
19 - 0062153 - DOMPERIDONA 10 MG, COMPRIMIDO, USO ORAL	comprimi	15.000
20 - 0062154 - DOXAZOSINA MESILATO 2 MG, COMPRIMIDO	comprimi	40.000
21 - 0062155 - Finasterida 5 mg – comprimido	comprimi	5.000
22 - 0062156 - Hidroclorotiazida 25 mg COMPRIMIDOS	comprimi	40.000
23 - 0062157 - Hidroxicloroquina 400 mg COMPRIMIDO	comprimi	10.000
24 - 0062158 - IBUPROFENO 50 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO CONTA-GOTAS.	frascos	12.000
25 - 0062159 - ITRACONAZOL 100 MG, CÁPSULA, USO ORAL.	comprimi	20.000
26 - 0062160 - LACTULOSE 667 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, XAROPE, FRASCO 120 ML.	frascos	4.000
27 - 0062161 - LEVODROPROPIZINA 6 MG/ML, XAROPE, FRASCO 120 ML, ACOMPANHADO DE COPO DOSADOR.	frascos	5.000
28 - 0062162 - CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 100 MG/ML (10%), SOLUÇÃO TÓPICA SPRAY AEROSOL, FRASCO 50 ML	UNIDADES	300
29 - 0062163 - Losartana Potássica 50 mg - COMPRIMIDO	comprimi	40.000
30 - 0062164 - Mebendazol 100 mg - COMPRIMIDOS	comprimi	15.000
31 - 0062165 - Metformina 850 mg - COMPRIMIDOS	comprimi	40.000
32 - 0062166 - CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, GOTAS, FRASCO 10 ML.	frascos	8.000
33 - 0062167 - Metoprolol 25 mg - COMPRIMIDOS	comprimi	40.000
34 - 0062168 - NITRATO DE MICONAZOL 20 MG/G (2%), CREME VAGINAL, BISNAGA 80 G, COM APLICADORES.	UNIDADES	6.000
35 - 0062169 - Nifedipino 20 mg - COMPRIMIDOS	comprimi	40.000
36 - 0062170 - Nimesulida 100 mg - COMPRIMIDO	comprimi	25.000
37 - 0062171 - NISTATINA 100.000 UI/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 50 ML.	frascos	5.000
38 - 0062172 - NITROFURANTOÍNA 100 MG, CÁPSULA GELATINOSA DURA, USO ORAL.	comprimi	40.000
39 - 0062173 - ONDANSETRONA CLORIDRATO 4 MG, COMPRIMIDO	comprimi	40.000
40 - 0062174 - PARACETAMOL 500 MG, COMPRIMIDO, USO ORAL	comprimi	60.000
41 - 0062175 - Prednisona 20 mg - COMPRIMIDOS	comprimi	40.000
42 - 0062176 - Prednisona 5 mg - COMPRIMIDOS	comprimi	20.000
43 - 0062177 - Prometazina 25 mg - COMPRIMIDOS	comprimi	8.000
44 - 0062178 - CLORIDRATO DE PROPRANOLOL 40 MG, COMPRIMIDO, USO ORAL.	comprimi	40.000
45 - 0062179 - ROSUVASTATINA CÁLCICA 20 MG, COMPRIMIDO, USO ORAL.	comprimi	40.000
46 - 0062180 - SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, PÓ PARA SOLUÇÃO ORAL, SACHÊ COM 27,9 G, PARA PREPARO DE 1 LITRO, PADRÃO OMS.	UNIDADES	30.000
47 - 0062181 - SECNIDAZOL 1.000 MG, COMPRIMIDO, USO ORAL.	UNIDADES	10.000
48 - 0062182 - SULFADIAZINA DE PRATA 1%, CREME DERMATOLÓGICO, POTE COM 400 G.	UNIDADES	300
49 - 0062183 - SULFAMETOXAZOL 800 MG + TRIMETOPRIMA 160 MG, COMPRIMIDO, USO ORAL.	comprimi	40.000

50 - 0062184 - SULFATO FERROSO, EQUIVALENTE A 40 MG DE FERRO ELEMENTAR, COMPRIMIDO, USO ORAL.	comprimi	45.000
51 - 0062185 - TIABENDAZOL 5%, POMADA DERMATOLÓGICA, BISNAGA.	UNIDADES	8.000
52 - 0062186 - TIAMINA 300 MG, COMPRIMIDO, USO ORAL.	comprimi	40.000
53 - 0062187 - DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA 35 MG, COMPRIMIDO REVESTIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA, USO ORAL.	comprimi	20.000
54 - 0062188 - ÁCIDO ASCÓRBICO (VITAMINA C) 200 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO CONTA-GOTAS COM 20 ML.	frascos	10.000
55 - 0062189 - ÁCIDO ASCÓRBICO (VITAMINA C) 500 MG, COMPRIMIDO, USO ORAL.	comprimi	40.000

IV- LOCAL DA ENTREGA :

Sede da Prefeitura Municipal de Areia Branca/RN, localizada na Praça da Conceição s/n, Centro, de acordo com as quantidades e especificações constantes na Ordem de Compra, sendo a documentação devidamente conferida pelo Fiscal do Contrato.

V- PRAZO DA ENTREGA OU PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

A empresa receberá através de, e-mail, ou pessoalmente esta Ordem de Execução, e terá um prazo máximo de 10 (dez) dias corridos para efetuar a entrega dos produtos e/ou serviços, constantes da ordem de compra. O fornecimento dos itens ou lotes componentes do objeto do presente Termo será efetuado, parceladamente, à medida das necessidades da PMAB, e entregue no endereço acima, de acordo com as quantidades e especificações constantes na Ordem de Compra e/ou serviços, sendo a documentação devidamente conferida pelo Fiscal de Contrato.
O não fornecimento dos produtos será motivo de aplicação das penalidades previstas no edital.

VI- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A Contratada obriga-se a:

Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente das especificações do objeto a ser contratado;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto/ ou serviços, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente termo;

Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento e alimentação de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

VII- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

A Contratante obriga-se a:

Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

Efetuar o pagamento no prazo previsto.

VIII- MEDIDAS ACAUTELADORAS:

Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação

IX- CONTROLE DA EXECUÇÃO:

A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

O gestor do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

X- DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

A disciplina das infrações e sanções administrativas serão aplicadas de acordo com o Art. 155 da Lei 14.133/2021 e a legislação pertinente aplicável ao caso.

XI- AVALIÇÃO DOS CUSTOS:

Será realizado a pesquisa de preços, afim de apurar os preços praticados no mercado.

O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base no sistema Banco de preços, em pesquisas de mercado e mediante consultas.

XII- DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei 14.133/2021)
a) **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
b) **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
d) **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
e) **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
g) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
h) Cópia da Carteira de Identidade ou documento equivalente do(s) sócio(s) ou proprietário(s)

QUALIFICAÇÃO TECNICO PROFISSIONAL E TECNICO OPERACIONAL (art. 67 da lei 14.133/2021)
a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;
b) Entidades de Direito Público que emitirem atestados, o Secretario ou Servidor tem FÉ PÚBLICA, no exercício da sua função, não necessitando ter firma reconhecida, facultado ao Município fazer consulta ou diligência no sentido de averiguar a veracidade do atestado.
c) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
d) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
e) No caso de assinatura digital em atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direto privado, a assinatura apenas será válida caso haja código de verificação da autenticidade do documento via internet, impresso no documento.

f) Alvará de licença sanitária expedido pela Vigilância Sanitária do Estado ou Município da sede, matriz ou filial

HABILITAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA (art. 69 da lei 14.133/2021):
a) Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;
b) O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE do exercício vigente se houver prorrogação anexar documentos comprobatórios, deverão estar registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante e estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade — CRC de forma regular apresentando comprovação através da certidão de regularidade do contador.
A comprovação da boa situação financeira da licitante será apurada através do resultado levantado no balanço com a obtenção dos seguintes índices:

I - Índice de Liquidez Corrente – calculado pela fórmula abaixo, julgada habilitada a empresa que obtiver a pontuação final **maior ou igual que 1,0 (um virgula zero).**

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

Onde: LC = liquidez corrente
AC = ativo circulante
PC = passivo circulante

II - Índice de Liquidez Geral – calculado pela fórmula abaixo, julgada habilitada a empresa que obtiver a pontuação final **maior ou igual que 1,0 (um virgula zero).**

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

Onde: LG = liquidez geral
AC = ativo circulante
RLP = realizável a longo prazo
PC = passivo circulante
ELP = exigível a longo prazo

III - Índice de Endividamento Total – calculado pela fórmula abaixo, julgada habilitada a empresa que obtiver a pontuação **menor que 1,0 (um virgula zero).**

$$ET = \frac{PC + ELP}{AT}$$

Onde: ET = endividamento total
PC = passivo circulante

ELP = exigível a longo prazo
AT = ativo total

Para empresas licitantes enquadradas nas categorias de ME, EPP ou MEI, as quais serão dispensadas de apresentar o Balanço Patrimonial, será necessário apresentar os demonstrativos financeiros emitidos pelo Simples Nacional.

c) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
d) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
e) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da lei 14.133/2021): Comprovação de Regularidade Fiscal que será efetuada mediante apresentação dos seguintes documentos com a devida validade regular do uso na data deste Certame:
a) Comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ (na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011);
b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal ou Alvará, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.
d) Certidão de regularidade de débito com a Secretaria da Receita Federal, com a Procuradoria da Fazenda Nacional, inclusive abrange as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, mediante da Certidão Negativa ou Positiva com efeito negativo de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
e) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada, ou outra equivalente, na forma da lei;
e.1) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
f) Certidão Negativa de Débitos para com o Município do Domicílio da Empresa.
g) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
h) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fornecido pela Caixa Econômica Federal, em conformidade ao disposto da Lei nº 8.036/90.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:

a) Declaração Conjunta

- ✔ Assume inteira e completa responsabilidade pelo(a) fornecimento de materiais e/ou prestação dos serviços, nos prazos, forma e condições editalícios, sujeitos à fiscalização do Município de Areia Branca/RN;

- ✔ Não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos, atuando em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal de 1988;

- ✔ Não existem fatos supervenientes impeditivos de sua participação na presente licitação;

- ✔ Aceita todas as exigências formuladas neste Edital;

- ✔ Não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela contratação;

- ✔ Não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela contratação.

- ✔ Informa os dados pessoais do representante legal que assinará o Contrato, como: Nome completo, profissão, cargo que exerce na empresa, estado civil, endereço do domicilio, número do CPF e RG, bem como o email e o número de telefone para contatos.

- ✔ A exequibilidade dos preços da proposta após a fase de lances objeto deste Pregão, nas condições exigidas no respectivo Termo de referência.

- ✔ Assume inteira responsabilidade pela autenticidade e veracidade das certidões apresentadas e que se submete às condições do Edital, em todas as fases da licitação.

- ✔ Sua proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

- ✔ Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- ✔ Cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos no Edital do Pregão em epígrafe.

XIII- PRAZO DE VIGÊNCIA:

O prazo de vigência será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do Contrato ou Ata de Registro de Preços.

XIV- FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Este termo de referência encontra-se fundamentado no art. 6º, inciso XXIII da Lei Federal nº 14.133/2021.

Areia Branca/RN, 06 de outubro de 2026

_____
LIDIANE MICHELE CAMPOS GARCIA MIRANDA
Secretária Municipal de Saúde

AUTORIZADO EM ____/_____/_____

Manoel Cunha Neto
Prefeito Constitucional